



CONSELHO  
DAS ESCOLAS



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

## ATA DA 19.ª REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

10 de março de 2017

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezassete, nos termos do n.º 3 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas onze horas, reuniu, em sessão extraordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, no Centro de Caparide em S. Domingos de Rana, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de seis de março: \_\_\_\_\_

Ponto um: Intervenção do Senhor Secretário de Estado da Educação. \_\_\_\_\_

Ponto dois: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

Ponto três: Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

Ponto quatro: Assuntos Diversos. \_\_\_\_\_

Estiveram presentes os conselheiros Alexandre José Rodrigues Canadas, António Manuel M. Castel-Branco Ribeiro, António Ventura dos Santos Pinto, Arnaldo José Teixeira Lucas, Carlos Jorge Pires Percheiro, David Carlos da Rocha Sousa, Fátima do Céu Carola Moreira, Fernando Filipe de Almeida, Fernando Paulo Mateus Elias, Idalécio Lourenço dos Santos Nicolau, João Alberto Chaves Caiado Rodrigues, João Paulo Ramos Duarte Mineiro, José Alfredo Rodrigues Mendes, José Eduardo Lemos de Sousa, José Manuel Batista Carreira, Luís Henrique Cardoso Fernandes, Margarida Ana Valente Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Isabel Tavares Pereira de Almeida Le Gué, Maria Júlia Ferreira Gradeço, Paulo Jorge de Sousa Ferreira e Rosalina de Jesus Rodrigues Pinheiro, num total de vinte e dois. Estiveram ausentes os seguintes quatro conselheiros: Filinto Virgílio Ramos Lima, Lucinda Maria Mendes Ferreira, José António de Sousa e Joaquim Tomaz \_\_\_\_\_

Ponto um: Intervenção do Senhor Secretário de Estado da Educação. \_\_\_\_\_

O Senhor Secretário de Estado da Educação, Doutor João Costa, começou por explicar o sentido do documento “Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória”. \_\_\_\_\_

Este documento constituir-se-á como referencial para a escolaridade obrigatória e visa dar resposta aos seguintes objetivos: a) definir as finalidades da escolaridade obrigatória alargada a 12 anos, até aqui sem referencial; b) garantir um perfil comum de saída para todos os alunos no final do ensino secundário, independentemente da via de ensino escolhida (científico-humanística, profissional ou artística), para garantir permeabilidade entre percursos e a legítima aspiração de prosseguimento de estudos para todos; c) enunciar as competências a desenvolver para o exercício de uma cidadania ativa, dando uma resposta eficaz ao que a sociedade espera dos alunos e, sobretudo, para garantir que os alunos terminam a escolaridade motivados e capazes para investir na sua educação e aprendizagem ao longo da vida. \_\_\_\_\_

A operacionalização deste Perfil dos Alunos far-se-á através de outras medidas em curso e em preparação, designadamente todas as que convergem para que haja, nas escolas, oportunidades efetivas para que as aprendizagens contribuam para a construção deste perfil: a identificação de aprendizagens essenciais, a promoção de mais autonomia na gestão curricular através do estímulo ao trabalho interdisciplinar, a diversificação de modalidades e instrumentos de avaliação, o investimento na formação contínua e a apresentação de propostas para a educação inclusiva e para a cidadania. \_\_\_\_\_

Segundo o Senhor Secretário de Estado da Educação é fundamental que este perfil seja construído com um consenso alargado, pelo que considera que a identificação das competências dos alunos deve convocar toda a sociedade em torno de uma visão de escola que garanta o pleno direito à educação e o acesso a uma cultura comum, para todas as crianças e jovens, em condições de equidade, de igualdade de oportunidades e de justiça social. E, afirmou, reforçando a tónica na forma com tem sido construído este processo e como se pretende que continue a ser, tem havido muito ruído mediático mas, na verdade, a construção dos instrumentos de flexibilização curricular tem vindo a acontecer num diálogo intenso com as escolas, com as associações profissionais, com as sociedades científicas, o Conselho Nacional de Educação, os diretores e peritos em educação, envolvendo também pais e estudantes. \_\_\_\_\_

O caminho a seguir assentará num processo de implementação gradual e pretende-se que a entrada em vigor das alterações ocorra no próximo ano letivo, pelo menos num conjunto de escolas que as vão experimentar. Reconheceu que há que fazer mudanças que, no entanto, não podem ser abruptas e salientou ainda que o Perfil do Aluno tem muito a ver com a flexibilização curricular. As escolas vão poder decidir 25% da carga curricular total, vão poder organizar disciplinas e trabalhar temas, no quadro do alargamento da autonomia que o Ministério da Educação tem em mente promover. Lançou ao Conselho das Escolas o desafio de apresentar propostas concretas sobre como isto pode ser feito. \_\_\_\_\_

A propósito da legislação enquadradora, entende que a mesma não pode prejudicar quem trabalha melhor, deve sim legitimar as novas práticas que, espera, venham a ser implementadas e que algumas escolas já implementam. \_\_\_\_\_

A terminar esta sua primeira intervenção, o Senhor Secretário de Estado da Educação afirmou que agora as escolas públicas poderão vir a ter as condições que o ensino privado já tem há muito. \_\_\_\_\_

De seguida, o Senhor Secretário de Estado da Educação considerou ser importante ouvir o que os elementos do Conselho das Escolas tivessem para lhe dizer e assim, por sua indicação, o Presidente do Conselho das Escolas deu a palavra aos Conselheiros inscritos para interpelação ao Senhor Secretário de Estado. \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa perguntou se estava prevista a divulgação de uma matriz referencial para os diferentes ciclos de escolaridade. Na sua opinião, seria útil haver uma orientação sobre esta matéria. \_\_\_\_\_

O conselheiro Fernando Elias começou por referir que, em Portugal, a Educação tem sido muito centralizada e sustentada num currículo prescritivo em excesso. Neste sentido, considerou que o Perfil do Aluno não deve impor ajustamentos e desafios apenas às escolas, aos alunos e aos professores. Deve também impor ajustamentos e desafios à Administração Escolar, parecendo-lhe essencial que esta se ajuste às transformações que no seio do modelo educativo terão de ocorrer. A Escola não pode estar sobrecarregada de burocracias e de plataformas informáticas, com solicitações constantes de dados e mais dados que, por vezes,

se sobrepõem. É preciso dar à Escola o que é da Escola. Pedir à Escola o que ela pode dar. A Escola deve fazer só o que não pode ser feito pelos outros. Há funções que as escolas não conseguem cumprir porque estão absorvidas por assuntos que as descentram da sua missão essencial. \_\_\_\_\_

A conselheira Fátima Pinto questionou a importância da flexibilização curricular. Suscitou algumas questões, nomeadamente: como se vai mexer nos currículos? Como se vai conciliar a flexibilização com os exames? O que é que se espera que o aluno atinja e seja capaz de fazer ao fim destes 12 anos? Afirmou que alguma coisa vai ter que mudar para que não se continue com um ensino em que os alunos ouvem hoje para esquecer amanhã. \_\_\_\_\_

O conselheiro Carlos Percheiro referiu que as escolas devem ter orientações para saberem por onde começar e em que anos de escolaridade se vai iniciar o processo. Referiu ainda que o paradigma da IGEC também tem que mudar para se ajustar a estas mudanças. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro começou por afirmar que as escolas querem mudar e lançou uma pergunta: no âmbito dos contratos de autonomia, vai haver mudanças para que as escolas possam ter zonas de conforto para poderem fazer coisas inovadoras a nível curricular?

O conselheiro António Castel-Branco entende que os professores estão sem saber o que se vai passar, pelo que importava se fizesse chegar às escolas linhas gerais orientadoras, para que estas se pudessem organizar, pensar com tempo naquilo que querem e podem fazer. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Alfredo colocou uma questão relacionada com o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. Afirmou ter conhecimento que se têm realizado reuniões promovidas pela Equipa de Missão, onde as escolas são convidadas a fazer-se representar por um conjunto diverso de professores, mas o interesse e eficácia dessas reuniões acaba por ser bastante escasso. A metodologia utilizada parecer ser desajustada e o discurso tem tido apenas um sentido: alguém da Equipa de Missão que fala de cátedra e os presentes limitam-se a ouvir. Também manifestou preocupação quanto à forma de gestão dos recursos, que considera ser desfasada. Estes estão muito mais nas mãos das Comunidades Intermunicipais (CIM) do que nas das escolas. Está igualmente preocupado com o que vai ser a flexibilização curricular e estranha que não se fale muito na dimensão local do currículo. \_\_\_\_\_

A conselheira Maria Júlia Gradeço salientou que as maiores dúvidas no seu Agrupamento de Escolas têm surgido no Primeiro Ciclo. Os professores interrogam-se se é possível trabalhar o documento “Perfil do Aluno”, apesar da extensão e complexidade dos currículos do Primeiro Ciclo. \_\_\_\_\_

A conselheira Isabel Le Gué começou por dizer que ao contrário do conselheiro João Paulo Mineiro, considera e tem conhecimento de que as escolas estão cansadas de mudanças. A verdade é que as mudanças no sistema educativo têm acontecido invariavelmente de 4 em 4 anos, com os ciclos políticos. Só espera que daqui a alguns anos não estejamos a constatar que as tais mudanças no sistema educativo não deveriam ter sido feitas assim deste modo. \_\_\_\_\_

O Presidente do Conselho das Escolas, José Eduardo Lemos, afirmou que o que mais gostou de ouvir na intervenção do Senhor Secretário de Estado foi a defesa da ideia do gradualismo no processo de implementação do Perfil do Aluno, sendo seu entendimento que a respetiva operacionalização exige maior concretização de algumas das ideias e objetivos que constam do mesmo. \_\_\_\_\_

Terminadas as interpelações, tomou novamente a palavra o Senhor Secretário de Estado da Educação que começou por salientar que a discussão menos interessante sobre o documento em debate será a de equacionar a distribuição das horas curriculares numa lógica de mais ou menos uma hora para esta ou para aquela disciplina. A operacionalização do Perfil do Aluno

agora em discussão implica a valorização de todas as áreas do currículo. Não está, nem esteve, a ser equacionada qualquer redução da carga horária das disciplinas. Está previsto que no próximo mês fique disponível a proposta concreta de alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho. Podemos então, a partir de meados de abril, discutir propostas concretas sobre os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário. \_\_\_\_\_

Relativamente à questão do ajustamento da administração e gestão das Escolas face às mudanças que no seio do modelo educativo terão que ocorrer, reconhece a importância de tal necessidade. Lembrou que esta equipa ministerial tem feito esforços nesse sentido, tendo já dado sinais de ajustamentos realizados, dando como principal exemplo, o atual diploma da organização do ano letivo em que alteraram a fórmula de cálculo do crédito horário e dando maior autonomia às escolas na sua gestão. A definição pelas escolas dos seus Planos de Ação Estratégica são igualmente sinais de atribuição de maior autonomia às escolas. Referiu ainda que a equipa ministerial realizou múltiplas reuniões com a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, com a Direção-Geral da Administração Escolar e com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência para que estes serviços do Ministério da Educação entendessem o que estava associado a estas alterações. Reconhece que os serviços são muito centralizados e dos maiores do mundo. Para os serviços, dar mais autonomia às Escolas é coisa difícil mas, sem dúvida, terão que se reajustar também. \_\_\_\_\_

Quanto às plataformas informáticas referiu que a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, Alexandra Leitão, tem este assunto consigo, estando a ser estudada a possibilidade da fusão das múltiplas plataformas. É um trabalho a ser feito gradualmente, sendo que é caro e muito complexo. Ainda sobre este assunto abordou aquilo a chamou o confronto entre o *Simplex* da administração e o *Simplex* da gestão pedagógica. Tem conhecimento de que os diretores das escolas se queixam do facto de o *Simplex* da administração não chegar às escolas e que os professores se queixam de estar afundados em papéis e burocracias nas suas escolas. Como avaliar isto para se mudarem as coisas, é uma sua interrogação. Vai ser preciso tempo, afirmou logo de seguida. Quanto à questão da flexibilização curricular garantiu que não vai haver emagrecimento do currículo. Recordou que tem visitado muitas escolas e que tem ouvido muito os alunos. Contou que no ensino secundário, os alunos lhe disseram que a pergunta que mais fazem na escola é “sai para o teste?”. É uma pergunta muito pobre, considerou o Secretário de Estado da Educação, para quem o papel da escola, em primeiro lugar, é despertar curiosidade intelectual. Há, por isso, que fazer mudanças. Temos um ensino ainda muito centrado em conteúdos, que são importantes, mas temos muitos alunos com uma relação com o conhecimento cada vez mais descartável. Temos que alternar metodologias e instrumentos de avaliação, desviando o foco da avaliação dos testes. Os testes fazem falta, são importantes, mas a avaliação dos alunos não se esgota nos testes, porque podem ter um trabalho de projeto em que aprofundam e desenvolvem competências que um teste não permite. Há vários instrumentos que é preciso diversificar e, sobretudo, promover trabalho de projeto interdisciplinar, o que obriga a um trabalho que está a ser feito em paralelo e que consiste, agora em função deste perfil (do aluno do 12º ano), em identificar, disciplina a disciplina, as aprendizagens que são essenciais como contributos para atingir este perfil. Referiu ainda que no Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) está a ser suscitada uma reflexão tendo em conta a flexibilização curricular. Há que repensar o tipo de provas a realizar. Como elaborar provas que não são assentes em conteúdos não declarativos de conhecimentos, mas

em competências diversas. Sem dúvida que a aproximação à avaliação externa também tem que ser feita para se reajustar ao Perfil do Aluno e às mudanças que se querem implementar, concluiu. \_\_\_\_\_

Relativamente à calendarização do processo de implementação do Perfil do Aluno, o Senhor Secretário de Estado referiu que a mesma é para se fazer de forma tranquila, serena, com segurança, estabilidade e gradualismo. A ideia será trabalhar com escolas piloto, cerca de cinquenta, a entrarem neste processo e terem assim um ano inteiro de trabalho experimental. De seguida, lançou o desafio aos presentes dizendo que se houver no Conselho das Escolas, escolas interessadas em integrar este projeto-piloto devem a seu tempo informá-lo dessa intenção. Quanto aos anos de escolaridade a experimentar, talvez os anos iniciais de ciclo. \_\_\_\_ Em relação à vontade das escolas para mudar, referida por um dos conselheiros, em contraponto com a ideia expressa por outro conselheiro no sentido oposto, ou seja, que nada mude, salientou que este tem sido o *soundbite* desta reunião e também da discussão que se tem feito em espaços públicos. Enquanto Secretário de Estado defende que a mudança deve ser gradual e que o processo de autonomia, na sua perspetiva, é uma questão de confiança nas escolas. Por fim, reforçou que é importante haver um entendimento sobre a posição a tomar – mudar ou não mudar. \_\_\_\_\_

No que concerne às questões suscitadas sobre o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, sentiu-se surpreendido e manifestou alguma estranheza que a Equipa de Missão não acompanhe os projetos das escolas. Defendeu que as escolas que não estivessem a ser acompanhadas deveriam escrever para a Equipa de Missão a solicitar o acompanhamento dos respetivos projetos. Referiu ainda que a verba afeta ao Programa em apreço foi pensada para ser atribuída aos Municípios com os melhores projetos. Ainda neste contexto, salientou que tem uma opinião muito clara sobre o processo da descentralização. Entende que há uma linha que nunca será ultrapassada na descentralização que é a do currículo. Este será sempre competência das escolas e as Autarquias não poderão mexer no currículo. Em alguns dos contratos interadministrativos de delegação de competências na área da Educação que estão em curso, as coisas não correram nada bem com a gestão do currículo, afirmou. \_\_\_\_\_

Em relação ao Primeiro Ciclo disse que o que se está a fazer é olhar o currículo para se alinhar o mesmo com o Perfil do Aluno e a flexibilização curricular. Não há intenção de revogar programas curriculares para se terem novos programas. O que se pretende é partir do que já temos e analisar o manancial todo - programas e metas, por exemplo do primeiro ano e do segundo ano de escolaridade. \_\_\_\_\_

Avançou que a divulgação e respetivas estratégias de implementação acontecerão logo que este trabalho esteja concluído. Neste momento, disse, o que está a ser finalizado por associações de professores e o Ministério da Educação é um trabalho de identificação das aprendizagens essenciais por disciplina e ano de escolaridade – a partir dos programas que estão em vigor – como contributos para atingir este Perfil do Aluno. Garantiu que a estratégia que está a ser adotada pela equipa ministerial – trabalhar em parceria com as escolas e as associações profissionais - parece ser a mais sensata e útil para a Educação. Pretende-se contrariar a prática corrente que é a de assentar estes processos de mudança na dimensão política, originando alterações constantes sempre que sai um Governo e entra outro. Ora, como quem está nas escolas fica, então este processo tem que ser construído é com as escolas. E o essencial é ser feito de forma gradual. \_\_\_\_\_

Pelas doze horas e quinze minutos terminou a intervenção do Senhor Secretário de Estado, tendo-se igualmente encerrado este ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

Após uma breve pausa para a despedida e saída do Senhor Secretário de Estado da Educação, os trabalhos recomeçaram, tendo o Presidente do Conselho das Escolas dado então início ao ponto dois da ordem de trabalhos, discussão e aprovação da ata da reunião anterior. \_\_\_\_\_

Depois de discutida a proposta de ata da reunião, previamente entregue a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos elementos presentes na reunião anterior. Não participaram na votação, os conselheiros Fernando Elias, Idalécio Lourenço Nicolau e Maria Júlia Gradeço, por não terem estado presentes nessa reunião. \_\_\_\_\_

Ponto três: Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória: apreciação e votação de proposta de Parecer da Comissão Permanente. \_\_\_\_\_

O Presidente explicitou as linhas principais do Parecer, a saber: a) existiu desde o início a percepção de que o Perfil estava estruturado em dois eixos: por um lado, o eixo dos princípios e valores a adquirir/desenvolver e, por outro, o eixo das competências; b) quanto aos princípios e valores, nada havia a opor ou a reforçar: tratava-se de princípios e valores que desde há muito tempo iluminavam a ação quotidiana das Escolas; c) quanto às competências-chave, a comissão entendeu que mereciam alguns apontamentos, desde logo porque a sua prossecução implicava a necessidade de alterações importantes na organização das Escolas e do sistema educativo. A Comissão focou-se aí e nas alterações que seria necessário introduzir nas Escolas para que os alunos desenvolvessem as competências previstas. O projeto de parecer alerta também para a instabilidade que a alteração profunda das políticas educativas causa nas Escolas e na Educação.

De seguida, o Presidente abriu a discussão ao Plenário. \_\_\_\_\_

O conselheiro Arnaldo Lucas começou por considerar o Parecer bem elaborado, tendo dado os parabéns à Comissão Permanente. De seguida, referiu que as escolas precisam de uma mudança estável e salientou que por detrás de todo este processo do Perfil do Alunos e da flexibilização curricular estão as políticas. Por isso, entende que é importante estabilidade e pacto educativo entre os partidos políticos. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro também considerou o Parecer bem elaborado. Afirmou que as escolas querem mudar. De seguida, referiu ser preciso uma mudança estável e defendeu a necessidade de autonomia para as escolas, reforçando que o que se quer é uma verdadeira mudança e uma verdadeira autonomia. As escolas querem mudanças, mas com segurança e estabilidade. Concluiu dizendo que se devia dizer no Parecer qualquer coisa sobre segurança. \_

A conselheira Maria Júlia Gradeço concordou com o que o conselheiro João Paulo Mineiro havia afirmado. De seguida, considerou o Parecer muito bem redigido ainda que achasse, no entanto, que faltaria referir qualquer coisa no Parecer sobre o facto de as escolas terem perdido autonomia. Referiu ainda que as escolas querem autonomia, mas o conceito tem estado vago na legislação e era de toda a utilidade sermos mais claros na definição da autonomia que queremos, realmente, atribuir às escolas. \_\_\_\_\_

O Presidente do Conselho das Escolas, a este propósito, referiu que é sua intenção que o Conselho se pronuncie sobre a autonomia das escolas antes do fim do mandato. No entanto, entende que falar disso agora no presente Parecer seria desviar-nos um pouco do assunto central que é o Perfil do Alunos. \_\_\_\_\_

O conselheiro Carlos Percheiro considerou que o Parecer é suficientemente lato e que aponta para as questões fundamentais, apresentando igualmente questões muito importantes. Rematou afirmando que não há nada a dizer sobre o Parecer. Fez, ainda, uma referência ao ponto dez do Parecer por considerar que se podia dizer algo mais do que reconhecer apenas a

autonomia da Escola como um valor intrínseco à sua organização. No seu entendimento, é necessário que a Administração Escolar reconheça que a autonomia é um direito das escolas. \_ O conselheiro António Castel-Branco começou por dizer que todos sabemos que é preciso fazer alguma coisa nas escolas. O Perfil do Aluno parece exigir alterações drásticas. Por isso, disse, devia haver uma fase de implementação gradual. Reconheceu que o Parecer está bem elaborado, mas admitiu que no mesmo deveria estar mais clara uma ideia que expressasse a necessidade de, juntamente com o Perfil do Aluno, deverem ter sido publicadas orientações indispensáveis à sua melhor operacionalização. Deu como exemplo a impossibilidade legal de se fazer certas coisas nas escolas que agora com a implementação do Perfil até faz sentido poderem ser feitas. Diz-se que está tudo muito bem, mas depois na prática surgem constrangimentos, condicionalismos vários, muitos deles decorrentes da legislação escolar que temos. \_\_\_\_\_

O conselheiro Paulo Ferreira considerou o Perfil do Aluno um documento teórico. Referiu ainda que o documento tem a ver com o novo paradigma da Educação e que, como os alunos continuam a adquirir conhecimentos para a avaliação externa, algo tem que mudar. Reconhece que é preciso mais autonomia para as escolas e que importa estabelecer parcerias com outras instituições para se avançar neste novo paradigma da Educação, à luz do Perfil do Aluno e da flexibilização curricular agora em curso. \_\_\_\_\_

Não havendo mais inscrições para uso da palavra, o Presidente submeteu à votação final o Parecer da Comissão Permanente, o qual recolheu a unanimidade dos vinte e dois conselheiros presentes na reunião. \_\_\_\_\_

Chegados a este ponto da ordem de trabalhos e faltando ainda cerca de quarenta minutos para a hora de almoço que estava agendada para as treze horas e trinta minutos, o Presidente propôs ao Plenário dar continuidade à ordem de trabalhos, uma vez que nesse lapso de tempo até à hora do almoço seria perfeitamente possível tratar de todos os assuntos constantes do ponto quatro e último da ordem de trabalhos e, desta forma, permitir que a reunião se concluísse na parte da manhã. Todo o Plenário concordou com o proposto, pelo que se passou ao quarto e último ponto da ordem de trabalhos. \_\_\_\_\_

Ponto quatro: Assuntos Diversos. \_\_\_\_\_

O Presidente deu a conhecer a principal correspondência por si recebida e expedida, bem como as intervenções / participações em diversas ações, e ainda, de alguns membros da Comissão Permanente, nomeadamente: \_\_\_\_\_

- a) 28/12/2016: o Presidente participou na 8.ª reunião do Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva. \_\_\_\_\_
- b) 13/01/2017: o Presidente participou na 2.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas. \_\_\_\_\_
- c) 13/01/2017: o Presidente deu informação sobre a petição n.º 202/XIII/2.ª - Uso de calculadora gráfica no exame de Física e Química A de 11.º Ano. \_\_\_\_\_
- d) 20/01/2017: A comissão Permanente participou em reunião com o Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva para auscultação sobre a Educação Especial / Educação Inclusiva. \_\_\_\_\_
- e) 25/01/2017: o Presidente deu informação sobre a petição n.º 206/XIII/2.ª - Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira. \_
- f) 26/01/2017: o Presidente deu informação sobre a petição n.º 225/XIII/2.ª - Alteração à proposta de revisão do decreto-lei n.º 132/2012, de 27 de junho e à proposta de portaria para a vinculação extraordinária de docentes contratados. \_\_\_\_\_
- g) 26/01/2017: o Presidente deu informação sobre a petição n.º 233/XIII/2.ª – Solicita-se que o calendário escolar seja ajustado às ocasiões festivas. \_\_\_\_\_

- h) 01/02/2017: o Presidente, os Vice-Presidentes Isabel Le Gué e Fernando Almeida e o conselheiro António Pinto participaram na audição na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência sobre os Projetos de Lei para redução do número de alunos por turma. \_\_\_\_\_
- i) 13/02/2017: o Presidente participou na 3.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas. \_\_\_\_\_
- j) 20/02/2017: o Presidente participou na 9.ª reunião do Grupo de Trabalho para a Educação Inclusiva. \_\_\_\_\_
- k) 23/02/2017: o Presidente participou na 10.ª (e última) reunião do Grupo de Trabalho para a Educação Inclusiva. \_\_\_\_\_
- l) 24/02/2017: o Presidente participou na 4.ª reunião do Grupo de Trabalho de Avaliação Externa das Escolas. \_\_\_\_\_
- m) 06/03/2017: o conselheiro António Ventura Pinto participou, em representação do Presidente, na sessão de lançamento do Programa QUALIFICA. \_\_\_\_\_

O conselheiro José Alfredo Mendes, na qualidade de representante do Conselho das Escolas na Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional Capital Humano (POCH) informou que no próximo dia três de abril vai ter lugar no Jamor (Oeiras), o "Dia do Ensino Profissional", numa iniciativa conjunta da Agência Nacional Para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) e com o contributo de vários parceiros. Disse ainda que iria enviar, em tempo útil, via email para todos os conselheiros, a informação disponível sobre o referido dia para devida divulgação nas escolas dos conselheiros e da região que representam. \_\_\_\_\_

O conselheiro João Paulo Mineiro perguntou ao Plenário se os colegas conselheiros já tinham tido noutras regiões o mesmo seminário que a Equipa da Missão do Programa Nacional da Promoção do Sucesso Escolar vai promover no próximo dia vinte e oito de março para todas as escolas afetas à Direção de Serviços da Região Centro da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares. \_\_\_\_\_

A propósito da Equipa da Missão do Programa Nacional da Promoção do Sucesso Escolar, o Presidente deu a conhecer que o elemento do Conselho das Escolas designado para o conselho consultivo que acompanha a Equipa de Missão não foi ainda chamado uma única vez para qualquer reunião, o que demonstra, concluiu, que o Programa Nacional da Promoção do Sucesso Escolar não estará a desenvolver-se nem a ser acompanhado pelas estruturas de apoio previstas. Referiu ainda que a questão relativa aos recursos humanos financiados pelo Programa Operacional do Capital Humano (POCH) suscitada pelo conselheiro José Alfredo Mendes ao Senhor Secretário de Estado da Educação é pertinente porque conhece várias Escolas que não dispõem, efetivamente, dos meios e recursos inicialmente disponibilizados. \_\_\_\_

O conselheiro David Sousa pediu a palavra para afirmar que mais grave do que o que o Presidente acabara de referenciar, era o facto das escolas de Lisboa e Lezíria até agora não terem recebido qualquer verba apesar das candidaturas apresentadas em tempo oportuno, por não haver financiamento. \_\_\_\_\_

O conselheiro Paulo Ferreira questionou o Presidente sobre o atual mandato do Conselho das Escolas, achando estranho o Conselho das Escolas ainda não ter sido informado superiormente da eventual prorrogação do mandato atual. A sua dúvida é saber até quando os conselheiros estão em funções, uma vez que os respetivos mandatos terminaram em janeiro de 2017. Em resposta à questão apresentada pelo conselheiro Paulo Ferreira, o Presidente recordou ao Plenário que oportunamente havia estabelecido um primeiro contacto com o Senhor Secretário-Geral do Ministério da Educação a propósito da eleição de novos representantes das Escolas no Conselho das Escolas e que, mais tarde havia tido um segundo contacto, por sua iniciativa, uma vez que continuava sem obter qualquer resposta sobre as razões que



justificavam não se ter ainda aberto processo eleitoral para o efeito. Assim sendo, disse, não é sua intenção perguntar mais vez nenhuma, pelo que aguardará até julho. Se a situação continuar pendente, enviará então o assunto para o Senhor Ministro da Educação. \_\_\_\_\_

A conselheira Celeste Sousa usou da palavra para, a propósito do pedido feito pelo Senhor Secretário de Estado da Educação nesta reunião para que as escolas que quisessem participar no projeto-piloto do Perfil do Aluno o contactassem, perceber melhor junto do conselheiro Luís Fernandes se o seu Agrupamento já estava incluído no conjunto das escolas a integrar tal projeto-piloto, pela alusão que o Senhor Secretário de Estado fizera ao seu Agrupamento. Assim, caso o seu Agrupamento já tivesse sido escolhido, gostaria de saber o que é que ele tinha feito para tal. \_\_\_\_\_

O conselheiro Luís Fernandes esclareceu que o seu Agrupamento (Agrupamento de Escolas de Freixo) integrava desde agosto de dois mil e dezasseis um Projeto de Inovação Pedagógica, da responsabilidade da DGE. \_\_\_\_\_

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente colocou à votação a minuta da ata da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

Nada mais havendo a tratar, pelas treze horas e vinte e cinco minutos, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Paulo Mateus Elias, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. \_\_\_\_\_

Fernando Paulo Mateus Elias \_\_\_\_\_

José Eduardo Lemos \_\_\_\_\_